

AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL: O CASO DA BOLSA FAMÍLIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Sérgio Pereira de Souza¹
Rosângela Ap. de Medeiros Hespagnol²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar as políticas de inclusão social implantadas pelo governo federal no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, com ênfase no Programa Bolsa Família. Para alcançarmos esse objetivo foram realizadas além de levantamento bibliográfico e leituras, pesquisas nos *sites* dos Territórios da Cidadania e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. O Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema (SP) possui 18.441,60 Km², é formado por 32 municípios e foi implantado com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania, como o Bolsa Família, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Nesse contexto, o Programa Bolsa Família implantado no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema tem como objetivo contribuir para a redução da fome e da pobreza atendendo um total de 21.658 famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 em 2010.

Palavras chaves: Território da Cidadania, Pontal do Paranapanema, Bolsa família.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente – SP e membro do GEDRA: Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária - E-mail: profsergio@ig.com.br - profsergio@bol.com.br-

² Professora do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente – SP. Coordenadora do GEDRA: Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária - UNESP de Presidente Prudente - E-mail: rosangel@fct.unesp.com.br

Introdução

O Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema (SP) possui 18.441,60 Km², é formado por 32 municípios e foi implantado com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio da estratégia do desenvolvimento territorial.

Os Territórios da Cidadania no estado de São Paulo tem como princípio básico a criação de uma rede de relação entre seus atores sociais com o objetivo de implantar projetos e políticas públicas visando ao desenvolvimento social e econômico.

De acordo com Hespanhol (2010), aproveitando-se da experiência de identificação dos territórios rurais, foi lançado pelo governo federal (na segunda gestão do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva – 2006 – 2010), em Fevereiro de 2008, o Programa Territórios da Cidadania. Esse programa tem como objetivo principal propor ações que levem à superação da pobreza por meio da geração de novas oportunidades de emprego e renda no espaço rural.

No Estado de São Paulo foram implantados no âmbito deste programa, dois territórios da cidadania: o Vale do Ribeira e o Pontal do Paranapanema.

Neste artigo pretende-se analisar o Programa Bolsa Família implantado pelo governo federal no território da cidadania do Pontal do Paranapanema. Assim, estruturamos este artigo em três partes, além desta introdução, das considerações finais e das referências.

Na primeira parte aborda-se o conceito de território e a utilização do mesmo na elaboração de políticas públicas pelo Estado direcionadas ao desenvolvimento territorial rural.

Na segunda parte descreve-se o processo de implantação do Programa Territórios da Cidadania no Pontal do Paranapanema pelo governo federal, caracterizando os critérios, a organização institucional, os eixos, os temas e as ações deste programa.

Na terceira parte apresenta-se as características do Programa Bolsa Família (PBF) e sua relevância para a redução da extrema pobreza das famílias atendidas no TC do Pontal do Paranapanema.

Territórios e políticas públicas

O conceito de território vem sendo utilizado pelo Estado a fim de promover políticas direcionadas ao desenvolvimento territorial para o campo brasileiro. Essas políticas pressupõem uma nova articulação entre os atores sociais inseridos nesse espaço.

De acordo com Correia (2010), o enfoque territorial é uma estratégia essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social, as bases fundamentais para a conquista da cidadania.

Assim, os atores envolvidos nesse processo “constroem” um novo território a partir dos projetos elaborados, aprovados e implantados nesse território.

Para Favareto (2006), a descentralização das políticas e o redirecionamento da intervenção estatal contribuíram para que a partir do início dos anos 1990, se instituísse um padrão em que, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, o Estado passaria a criar condições para que as políticas públicas deixassem de ser eminentemente setorial e passassem a ter um enfoque territorial.

Segundo Bonnal e Maluf (2007), o contexto de elaboração das políticas públicas territoriais, evoluiu fortemente durante as duas últimas décadas, sob o efeito de mudanças no referencial das políticas estatais tanto em nível internacional quanto nacional, assim como em virtude de mudanças importantes ocorridas no mundo rural no Brasil.

A abordagem territorial ganha destaque a partir de meados da década de 1970, devido ao fato da análise regional perder seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e tornar-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos (SCHNEIDER, 2003).

O território emerge com uma nova roupagem para a atuação do Estado, pois segundo Schneider (2003, p. 9),

Neste cenário, ganham destaque iniciativas como a descentralização das políticas públicas, a valorização da participação dos atores da sociedade civil, especialmente ONGs e os próprios beneficiários, a redefinição do papel das

instituições e cresce a importância das esferas intra-nacionais do poder público, notadamente as prefeituras locais e os atores da sociedade civil. Contudo, para acionar e tornar efetivas as relações do Estado central com estes organismos locais tornou-se necessário forjar uma nova unidade de referência, que passou a ser o território e, conseqüentemente, as ações de intervenção decorrentes deste deslocamento passaram a se denominar desenvolvimento territorial.

Segundo Santos (1996), a construção de um território se processa a partir da projeção do trabalho sobre o espaço, ou seja, o território não o é em si mesmo, pois o que faz dele um território é o seu uso e, este uso, faz dele um objeto de análise social. Portanto, à medida que a divisão do trabalho se torna mais complexa, modificam-se as formas de organização do espaço, criando-se novas territorialidades.

Dentro deste contexto, a atuação do Estado tem se pautado na implantação de políticas que visam ao desenvolvimento territorial rural numa perspectiva prática e normativa no sentido de promover a cidadania para os moradores desses territórios.

Como exemplo desse tipo de intervenção estatal, podemos citar os Territórios da Cidadania e o programa Bolsa Família implantados em 2008, pelo governo Federal.

O território da cidadania do Pontal do Paranapanema

O Programa Territórios da Cidadania foi criado pelo governo federal com objetivo de resolver ou minimizar problemas específicos com ações dirigidas.

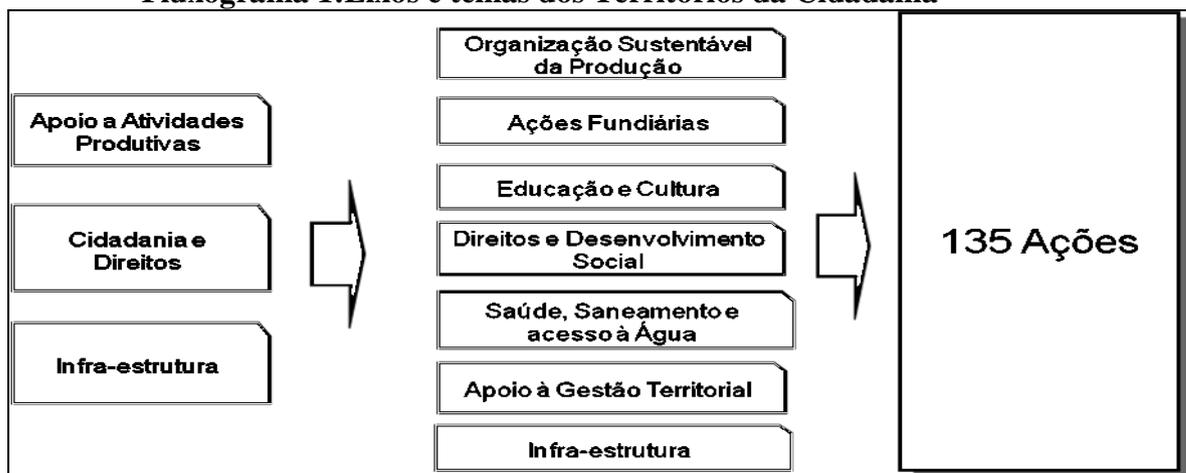
Segundo Hespanhol (2010, p. 17)

Tendo em vista as limitações apresentadas pelo PDSTR, mas aproveitando-se da identificação dos territórios rurais, foi lançado pelo governo federal em fevereiro de 2008, o Programa Territórios da Cidadania. Esse programa, de acordo com as informações oficiais disponíveis, tem como objetivo principal propor ações que levem à superação da pobreza por meio da geração de novas oportunidades de emprego e renda. Para alcançar os objetivos propostos, o programa pretende desenvolver ações vinculadas a três (03) eixos principais: a)

acesso aos direitos sociais: as ações se concentram em educação, saúde, cultura e documentação pessoal; *b)* **infraestrutura:** com investimentos em saneamento e acesso à água, construção de moradias em assentamentos e estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental etc.; *c)* **apoio às atividades produtivas agrícolas e pecuárias:** com ações que visam à assistência técnica, crédito rural, comercialização da produção (por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos ou de iniciativas ligadas ao cooperativismo e às agroindústrias), regularização fundiária etc.

Essas ações devem estar organizadas em três eixos estruturantes e sete temas, conforme podemos observar no fluxograma 1.

Fluxograma 1: Eixos e temas dos Territórios da Cidadania



Fonte: www.territoriosdacidadania.com.br

De acordo com as informações do site do Programa Territórios da Cidadania, o tema organização sustentável da produção tem como objetivos assegurar o financiamento da produção e acesso ao seguro rural através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). As ações fundiárias se direcionam a obtenção de terra para a instalação de assentamentos rurais. Os projetos direcionados a desenvolver os direitos sociais têm como objetivo universalizar de forma concreta os elementos básicos de cidadania, tais como o Programa Bolsa Família, as Políticas de Assistência Social, Programa de Documentação Civil direcionada para as mulheres trabalhadoras rurais. Com relação à educação e cultura, entre os programas

desenvolvidos se destacam: Brasil Alfabetizado, Pró-Jovem Rural e Urbano, Pró-info Rural e Urbano³, construção de escolas no campo (assentamentos, quilombolas e reservas indígenas) e bibliotecas rurais através do Programa Arca das Letras. A saúde, o saneamento e o acesso à água priorizam os seguintes eixos: Programa Saúde da Família, instalação de farmácia popular, infraestrutura de saneamento, abastecimento de água e construção de cisternas. O tema apoio à gestão territorial tem como objetivo o fortalecimento da interlocução com a sociedade e a articulação institucional entre os diversos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como a sociedade civil residente nos TCs. Por fim, temos a linha de investimentos e ações que priorizam a implantação de infraestrutura a fim de promover a melhoria da qualidade de vida no espaço rural. Entre os programas destinados a estas ações podemos citar : Programa Luz para Todos; o PAC Habitação, destinado à construção de habitação rural e nos centros urbanos dos municípios pertencentes aos TCs; e a melhoria da infraestrutura viária em assentamentos de reforma agrária.

A implantação dessas ações nos territórios das cidadanias criados pelo Governo Federal têm por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e devem estar articuladas entre si, no sentido de propiciar um melhor desenvolvimento social, através da erradicação da pobreza rural, do analfabetismo, da fome e da ampliação no campo e na cidade dos direitos sociais que contemplem o acesso pleno à cidadania.

É dentro desta estrutura institucional que foi criado pelo governo federal em 2008 o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema. Este território possui 18.441,60 Km² e é formado por 32 municípios, conforme se pode observar no Quadro 1.

³ O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) é um programa educacional criado pela Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, para promover o uso pedagógico das tecnologias de informática e comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio. Fonte: www.mec.com.br

As políticas de inclusão social: o caso da Bolsa Família no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema

Sérgio Pereira de Souza; Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol

Quadro 1: Municípios do TC do Pontal do Paranapanema – SP

Ordem	Município	Ordem	Município
1	Alfredo Marcondes	17	Piquerobi
2	Anhumas	18	Pirapozinho
3	Caiabu	19	Presidente Bernardes
4	Caiuá	20	Presidente Epitácio
5	Emilianópolis	21	Presidente Prudente
6	Estrela do Norte	22	Presidente Venceslau
7	Euclides da Cunha Paulista	23	Rancharia
8	Iepê	24	Regente Feijó
9	Indiana	25	Ribeirão dos Índios
10	João Ramalho	26	Rosana
11	Álvares Machado	27	Sandovalina
12	Marabá Paulista	28	Santo Anastácio
13	Martinópolis	29	Santo Expedito
14	Mirante do Paranapanema	30	Taciba
15	Nantes	31	Tarabai
16	Narandiba	32	Teodoro Sampaio

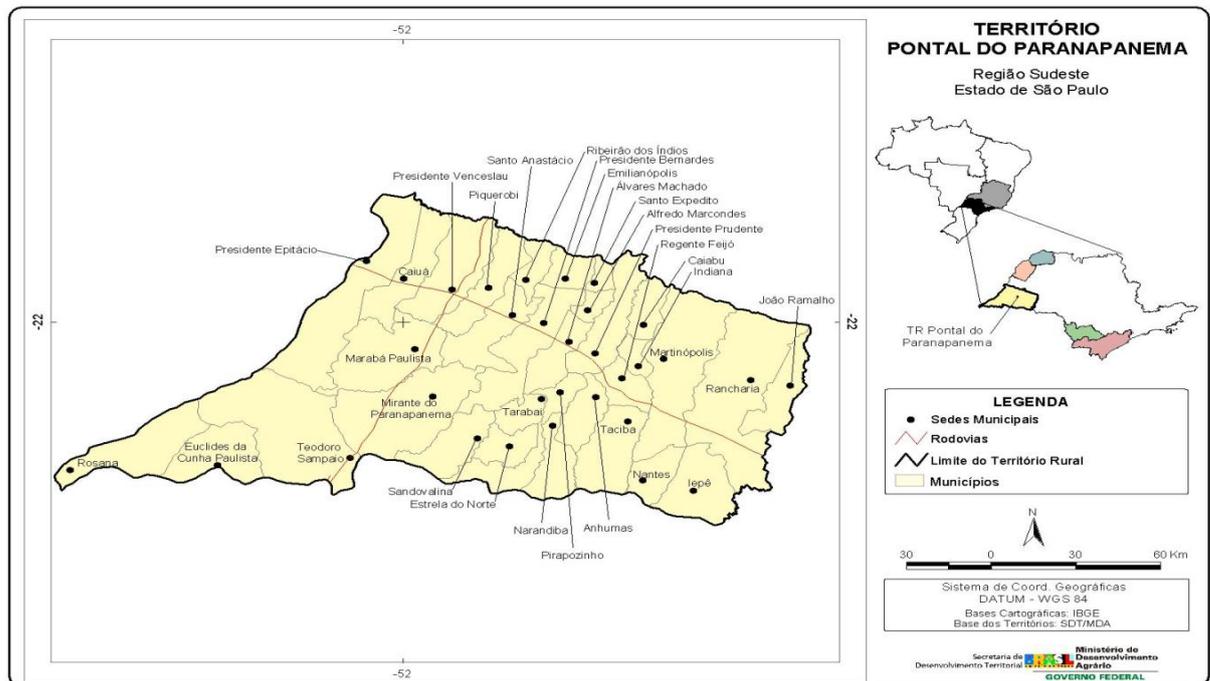
Fonte: www.territoriosdacidadania.com.br

No mapa 1 podemos observar a localização dos municípios que fazem parte do TC do Pontal do Paranapanema .

As políticas de inclusão social: o caso da Bolsa Família no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema

Sérgio Pereira de Souza; Rosângela Ap. de Medeiros Hespagnol

Mapa 1:Localização do TC do Pontal do Paranapanema



Fonte: www.territoriosdacidadania.com.br

No quadro 2 podemos observar aspectos populacionais e demográficos do TC do Pontal do Paranapanema.

Quadro 2:Aspectos populacionais e demográficos do TC do Pontal do Paranapanema - SP

Aspecto	TC Pontal do Paranapanema
Número de Municípios	32
Municípios Rurais	30
População Rural (%)	14,52
População Urbana	473.318
População Urbana (%)	85,48
Agricultores Familiares	10.680
Famílias Assentadas	5.578
Pescadores	1.181
Projetos de Assentamento	107
Famílias Assentadas INCRA	1.242
Projetos de Assentamento INCRA	16
Famílias Assentadas Gov. Estadual	4.336
Projetos de Assentamento Gov. Estadual	91
Comunidades Quilombolas	-
Terras Indígenas	-

Fonte: www.territoriosdacidadania.com.br

As políticas de inclusão social: o caso da Bolsa Família no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema

Sérgio Pereira de Souza; Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol

Segundo a articuladora territorial do TC do Pontal do Paranapanema, a Sra Elisângela Batista Viudes Barbosa, este território está dividido em cinco (5) micro-regiões, conforme podemos observar no quadro 3.

Quadro 3: Micro-regiões do TC do Pontal do Paranapanema

Micro 1	Micro 2	Micro 3	Micro 4	Micro 5
M. do Paranapanema	Pres. Venceslau	Pres. Prudente	Pirapozinho	Rancharia
Teodoro Sampaio	Santo Anastácio	Alv. Machado	Estrela do Norte	Iepê
Marabá Paulista	Ribeirão dos Índios	Pres. Bernardes	Narandiba	João Ramalho
Sandovalina	Piquerobi	Alf. Marcondes	Tarabai	Nantes
Euclides da cunha Pta	Caiuá	Emilianópolis	Anhumas	Taciba
Rosana	Pres. Epitácio	Santo Anastácio	-	Caiabú
-	-	-	-	Indiana
-	-	-	-	Regente Feijó
-	-	-	-	Martinópolis

Org: Sérgio Pereira de Souza (2011).

O Colegiado Territorial do TC do Pontal do Paranapanema é formado atualmente (2011) por 43 instituições representando a sociedade civil, dentre estes podemos destacar: Associação Regional de Cooperação Agrícola do Pontal (ACAP); Associação dos Produtores dos Assentamentos Rodeio, Água Limpa e Santa Rita III; Associação dos Produtores de Leite do Assentamento Bom Pastor etc; do poder público, todas as prefeituras dos municípios que compõem o território estão representadas, além do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) etc.

Este colegiado tem o objetivo de formular o Plano de Desenvolvimento Territorial de ações integradas do TC Pontal do Paranapanema. Os principais eixos e estratégias deste plano está descrito no quadro 4.

Quadro 4: Plano de desenvolvimento territorial do TC do Pontal do Paranapanema

EIXO ESTRATÉGICO	DETALHAMENTO
Adequação ambiental dos projetos	Buscar parcerias com órgãos ambientais.
	Desenvolver ações de capacitação.
Agregação de valor aos produtos primários	Desenvolver atividades de beneficiamento.
Criação de fontes alternativas de renda e oportunidades de trabalho para mulheres e jovens	Agregação de valor aos produtos primários
	Desenvolver atividades de serviços
	Desenvolver projetos culturais
Desenvolvimento de atividades não-agrícolas	Coordenação de atividades de comercialização e distribuição
	Desenvolvimento de serviços turísticos
	Verticalização das cadeias - agroindústria ou processamento artesanal.
Educação	Capacitação empreendedora: gerenciamento, administração, prestação de contas por projeto, gestão de produção coletiva e formação de arranjos produtivos.
	Capacitação produtiva visando aprimoramento do manejo das culturas existentes e implementação de novas culturas, conforme a diretriz de diversificação produtiva na agropecuária regional.
	Desenvolver programas de educação no campo e educação nos assentamentos, aproveitando experiências de Educação no Campo conhecidas, apoiando-se em políticas e incentivos públicos
Estrutura e fluxo de comunicação entre os agentes	Infraestrutura de comunicação, particularmente para as zonas rurais, e estratégia de comunicação.

Fonte: Sistema de Informações Territoriais - SIT - www.territoriosdacidadania.com.br

No sentido de dinamizar a elaboração do PDRS do TC do Pontal do Paranapanema, a Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT), ou o Colegiado Territorial foi dividido em quatro (4) Câmaras, sendo: Câmara de Educação e Cultura; Câmara de Organização da Produção; Câmara da Saúde; Câmara dos Direitos e Desenvolvimento social.

Segundo a articuladora territorial do TC do Pontal do Paranapanema, a Sra. E B. V B em entrevista realizada em 23 de julho de 2008, “o referido plano deve ser um instrumento de planejamento que reflita os interesses e as negociações entre os segmentos sociais presentes no território, e, sobretudo, que seja um referencial central para os projetos a serem financiados para o TC, no âmbito da política territorial”

Segundo o *site* do Programa Territórios da Cidadania, o Plano de Desenvolvimento Territorial do TC do Pontal do Paranapanema terá como objetivo promover integralmente a melhoria da qualidade de vida para toda a população local, aumentar a auto-estima e as expectativas da geração atual e garantir os direitos das gerações futuras, atender ao princípio da democracia no acesso à terra e efetuar a regularização fundiária, atender às necessidades básicas de educação, saúde, moradia, transporte, segurança e de segurança alimentar de forma universal e com qualidade, promover a geração de trabalho e renda, com investimentos equitativos em infraestrutura e em políticas de inclusão social e de combate à pobreza, respeitando o meio ambiente e todas as formas de vida, garantindo a conservação e o uso dos recursos naturais de uma forma equilibrada e consciente e deve basear-se em processos democráticos e participativos no reconhecimento do processo histórico e das características geográficas de formação do território e no respeito mútuo à diversidade social, cultural, religiosa, econômica, política e de gênero.

De acordo com exposto a implantação do TC do Pontal do Paranapanema num horizonte de médio prazo deve buscar desenvolver uma estrutura produtiva mais diversificada da agropecuária, a estruturação de atividades de processamento e outras atividades não-agrícolas associadas à melhoria da qualidade ambiental, visando a disponibilidade de recursos naturais em quantidade e qualidade suficientes, e a possibilidade de aproveitamento da paisagem para exploração econômica.

Para o Governo Federal, o Programa Território da Cidadania deve servir como proposta de atuação do estado, no sentido de promover o desenvolvimento social

através da integração entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a efetiva participação dos atores sociais locais.

O Programa Bolsa Família no TC do Pontal do Paranapanema

O Programa Bolsa Família foi criado pela Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004 e é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza⁴

Segundo informações da Revista Especial (2010), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome:

O Bolsa Família unificou, aos poucos, quatro programas de transferência de renda: o Auxílio Gás, que destinava R\$ 7,5/mês para complementar a compra de botijão de gás; o Bolsa Alimentação, que atendia com R\$ 15/mês famílias pobres que tinham filhos de até 6 anos (no limite de três); o Bolsa Escola, que concedia R\$ 15/mês por filho na escola com idade entre 6 e 15 anos (sendo o máximo três) de famílias pobres; e o Cartão Alimentação, que pagava R\$ 50/mês para famílias pobres. Esses quatro programas estavam espalhados por diversos Ministérios e tinham critérios próprios de concessão. A unificação resultou no Bolsa Família que introduziu as condicionalidades de educação e saúde, como compromisso assumido pelo poder público e pelas famílias beneficiárias. O Bolsa Família atendeu a 12,3 milhões de famílias nos 5.565 municípios brasileiros em 2009. O desembolso, no mesmo ano, foi da ordem de R\$ 12,4 bilhões, cerca de 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para Tavares *et al* (2009, p.26):

O PBF constitui-se hoje na maior política de transferência condicional de renda existente no Brasil. Foi criado em 2004,

⁴ De acordo com Art. 18. do Decreto 5.209 que regulamenta o Bolsa Família as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza são aquelas que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) e R\$ 70,00 (setenta reais), respectivamente.

com a finalidade de unificar a gestão e execução das ações de transferência de renda de outros programas pré-existent: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Fome Zero. Atualmente, o PBF destina cerca de R\$12 bilhões ao atendimento de cerca de 11 milhões de famílias.

Segundo informações da Revista Especial (2010), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, o PBF tem como objetivos:

[...] contribuir para a redução da fome e da pobreza por meio de transferência de renda diretamente às famílias pobres e extremamente pobres, por meio do acesso aos serviços básico de saúde e de educação e com o cumprimento das condicionalidades nestas áreas de forma a desenvolver as capacidades das famílias beneficiárias. O PBF atende mais 12 milhões de famílias em todo o território nacional e depende da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140,00, do número e da idade dos filhos, o valor recebido pela família pode variar entre R\$ 22,00 a R\$ 200,00. O PBF possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (2010),

[...] as condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde,

educação e assistência social. Na área de saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Peti e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

As condicionalidades permitem que a família que recebe bolsa família desenvolva um compromisso com a educação, a saúde e a erradicação do trabalho infantil das crianças e adolescentes em situação de risco.

Como apontam Tavares *et al* (2009, p.27):

O estabelecimento de condicionalidades faz com que o programa se constitua numa política de longo prazo, que visa proporcionar aos beneficiários as condições para a geração autônoma de renda no futuro, por meio do investimento em capital humano. Assim, além de buscar aliviar a pobreza no curto prazo por meio da transferência direta de renda, a política procura alterar estruturalmente a situação socioeconômica dos recipientes, ao tentar interromper o ciclo de perpetuação da pobreza. A gestão do benefício do BPF é compartilhada entre os entes federados. Ao governo federal, compete a elaboração do desenho do programa e sua normatização, bem como o repasse

dos recursos gastos com a política. Entretanto, os municípios são os principais gestores do programa junto às famílias: é de sua responsabilidade cadastrar as famílias que compõem o público-alvo do Cadastro Único (CadÚnico⁵), gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que seleciona os beneficiários.

Com relação ao Programa Bolsa Família no TC do Pontal do Paranapanema no período 2008/2010, podemos verificar na tabela 1 a sua evolução:

Tabela 1: Famílias atendidas e valor pago pelo Programa Bolsa Família no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema — 2008/2009/2010

Ano	Meta Física	Orçamento previsto	FAMILIAS ATENDIDAS	%	PAGO	%
2008	26878	21.406.173,00	23.292	86.66	17.317.155,00	80.9
2009	26878	21.406.173,00	22.917	85.26	22.039.770,00	102.96
2010	21658	21.639.459,63	23.101	106.66	19.620.965,00	90.67

Fonte: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>

O PBF tinha uma meta de atender em 2008, um total de 26.878 famílias com um orçamento previsto de R\$ 21.406.173,00, mas neste ano atendeu apenas 23.292 famílias com o pagamento de R\$ 17.317.155,00, ou seja, cerca de quase 81% do total de famílias prevista.

Para o ano de 2009, o PBF pretendia atender 26.878 famílias com um orçamento previsto de R\$ 21.406.173,00, mas neste ano atendeu 22.917 famílias com o pagamento de R\$ 22.039.770,00, ou seja, 2,96% a mais além do previsto. Neste ano (2009) o programa atendeu 2% a mais do previsto. No ano de 2010, a previsão de famílias a

⁵ O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Dessa forma, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família. O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, possibilita ao poder público formular e implementar políticas específicas, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas e desenvolver suas potencialidades. Atualmente o Cadastro Único conta com mais de 19 milhões de famílias inscritas. Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>

As políticas de inclusão social: o caso da Bolsa Família no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema

Sérgio Pereira de Souza; Rosângela Ap. de Medeiros Hespagnol

serem atendidas era de 21.658, mas foram atendidas 6% a mais, ou seja, 23.101 famílias.

Observando a tabela 1 percebemos que entre 2008 e 2010, ocorreu uma pequena diminuição no número de famílias atendidas e um aumento nos gastos com o pagamento das famílias beneficiárias, passando de R\$ 17.317.155,00 para R\$ 19.620,965,00.

Quadro 5: Famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no território da Cidade do Pontal do Paranapanema- por município 2008/2009/2010

Município(s)	Famílias atendidas 2008	Famílias atendidas 2009	Famílias atendidas 2010
Alfredo Marcondes	112	112	169
Álvares Machado	1,006	1006	1.102
Anhumas	283	235	286
Caiabu	273	140	168
Caiuá	395	287	345
Emilianópolis	288	111	116
Estrela do Norte	206	103	116
Euclides da Cunha Paulista	947	938	891
Iepê	632	352	419
Indiana	330	231	237
João Ramalho	203	130	164
Marabá Paulista	414	251	300
Martinópolis	1637	933	1.265
Mirante do Paranapanema	1719	1589	1.321
Nantes	158	81	122
Narandiba	330	237	305
Piquerobi	316	242	225
Pirapozinho	1042	971	745
Presidente Bernardes	959	09	612
Presidente Epitácio	2049	2077	1.806
Presidente Prudente	6188	5478	5.414
Presidente Venceslau	2096	1478	1.320
Rancharia	1598	1149	1.248
Regente Feijó	746	231	364
Ribeirão dos Índios	191	104	127
Rosana	1182	1135	816
Sandovalina	236	145	146
Santo Anastácio	1357	554	731
Santo Expedito	220	73	115
Taciba	374	254	323
Tarabai	387	322	362
Teodoro Sampaio	1618	1289	1.315

Fonte: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/pontaldoparanapanemas>

Com relação ao número de famílias atendidas pelo PBF, nos anos 2008, 2009 e 2010, percebemos pelo quadro 5 que os municípios de Álvares Machado, Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Presidente Prudente, Rosana e Teodoro Sampaio foram os municípios com a maior quantidade de famílias atendidas.

Esses municípios se destacam por apresentar um maior número de população absoluta, como é o caso de Presidente Prudente ou um maior número de população assentada, como é o caso dos de Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio.

O PBF se transformou no maior programa de distribuição de renda no Brasil com impactos significativos na renda dos municípios e das famílias atendidas.

Segundo informação disponível no *site* do programa (www.territoriosdacidadania.gov.br), em 2010 foram investidos cerca de R\$ 137,1 milhões no Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, sendo que para o PBF foram destinados R\$ 359.755,38.

Pelos dados expostos, podemos concluir que o PBF tem contribuído para a redução da extrema pobreza no Brasil visto que tem se caracterizado por um programa em que as condicionalidades contribuem para que as famílias atendidas façam com que as crianças e adolescentes em idade escolar permaneçam na escola.

Considerações finais

È possível constatar que o PBF tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico das famílias do TC do Pontal do Paranapanema, visto que a distribuição de renda entre os núcleos familiares pobres e extremamente pobres atenua esta condição em muitas famílias.

Nesse território o programa tem uma grande relevância, pois o número de assentados faz com que a demanda seja ainda maior.

Como destaca Silva (2007, p. 7):

É evidente que os benefícios atribuídos à transferência de renda que o Programa Bolsa Família proporciona, são insuficientes para proporcionar a emancipação social dos indivíduos, muitas vezes, até mesmo para suprir as suas necessidades mínimas, entendendo as diferentes e complexas expressões da questão

social que as famílias atendidas apresentam. Porém a sua importância não deve ser desconsiderada, pois procura sanar necessidades mais emergenciais e imediatas. No entanto, demarcamos que as políticas sociais devem ser executadas de maneira mais ampla, de forma integrada e contínua, preocupando-se também e principalmente, com questões pertinentes às bases estruturais de nosso país.

Concluimos que apesar dos problemas que PBF apresenta, esta política de inclusão social juntamente com as condicionalidades de educação e saúde, poderá a médio e longo prazo trazer muitos benefícios para as famílias pobres do Brasil.

Bibliografia

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária no Brasil do século XXI.** AGRÁRIA, nº 1, pp. 2-15, 2004.

ANTONIO, Armando Pereira. **O Movimento Social e a Organização do Espaço Rural nos Assentamentos Populacionais Dirigidos pelo Estado: Os Exemplos na Alta Sorocabana no Período de 1960 a 1990.** São Paulo - USP, 1990. (Tese de Doutorado).

BONNAL, Philippe; Maluf, Renato S. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil.** I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis (SC), Agosto de 2007.

CORREIA, Elieser Barros. **Territórios rurais como unidade de planejamento das políticas públicas.** Fonte: <http://www.ceplac.gov.br/radar/semfaz/territoriosrurais.htm> - Acesso em 19/12/10.

CORREIA, Vítor. Programas de transferência de renda crescem no mundo. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. O Bolsa Família – Revista Especial, 2010.

FAVARETO, A. **A abordagem territorial e as instituições do desenvolvimento rural.** (Texto impresso para discussão).

HAESBAERT, Rogério. Territórios alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HESPAHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, v.5, n.10, p. 123-147, ago. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. O Bolsa Família – Revista Especial, 2010.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, v. 15, n° 43, São Paulo, Set/Dez, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** espaço e tempo; razão e emoção. 3ed. São Paulo Hucitec, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações. **I Fórum Internacional, Desenvolvimento Rural e Democracia,** Fortaleza/Ceará – 2003.

SILVA, Lenir Minardes da; BARROS, Solange de Moraes. Bolsa Família – Estratégia de enfrentamento a pobreza no Brasil. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et ali. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SOUZA, Sergio Pereira. **Os assentamentos rurais no contexto espacial e sócio-econômico do município de Euclides da Cunha Paulista**. Pres. Prudente: FCT/UNESP, 1996 (Monografia de Bacharelado).

SOUZA, Sergio Pereira. **Assentamentos rurais e novas dinâmicas socioeconômicas: o caso dos municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio**. Pres. Prudente: FCT/UNESP, PPGG (Dissertação de Mestrado).

TAVARES, P. A. et al. – Uma avaliação do programa bolsa Família: focalização e impactos na distribuição de renda e pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico- PPEp** , v. 39 , n. 1 , abr. 2009

Sites consultados

<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>

www.territoriosdacidadania.com.br

www.ibge.gov.br

www.seade.sp.gov.br

www.mds.gov.br/